

• Finanças

GAZETA MERCANTIL

ACERTO EXTERNO

Qualidade Externa Quebrada a resistência dos bancos canadenses haverá um acordo

por Paulo Sotero
de Washington

A resistência dos bancos canadenses em apoiar a proposta de acordo entre o Brasil e seus credores privados, que está sendo negociada há semanas em Nova York, foi aparentemente superada na última sexta-feira. Segundo fontes do comitê de bancos e do governo brasileiro, a resolução do problema, que dizia respeito ao grau de vinculação entre os acordos do Brasil com os bancos e com o Fundo Monetário Internacional e manteve as negociações praticamente paralisadas na semana passada, reabriu o caminho para um rápido acordo dos poucos pontos ainda pendentes e o anúncio da proposta de acordo.

O anúncio, a ser feito através de um comunicado cujo esboço já tinha oito páginas na noite de sexta-feira (antes de ser negociado com a delegação brasileira), poderia ocorrer já no sábado ou no domingo, embora seja mais provável que ele ocorra nos primeiros dias desta semana, quando, por coincidência, o presidente José Sarney estará em Nova York para participar da assembleia especial das Nações Unidas sobre desarmamento.

"Tudo depende agora da disposição de o governo brasileiro resolver rapidamente a questão legal", afirmou a este jornal, no início da noite da sexta-feira, um executivo do comitê, referindo-se a uma cláusula essencialmente cosmética que estabelece o direito dos bancos de congelar ativos do Banco Central previamente a julgamento, em caso de inadimplência. Ao longo das negociações, o governo brasileiro avisou que não aceitaria a inclusão desta cláusula, muito embora um membro da própria equipe negociadora do País tenha reconhecido que ela é um elemento-padrão dos acordos de renegociação, consta de acordos anteriores que o Brasil assinou com os bancos (e não foi usada depois que o Brasil declarou moratória) e já foi aceita até mesmo por países socialistas que reescalonaram seus débitos com bancos ocidentais.

Um outro problema que continuava sobre a mesa de negociação, no início da noite de sexta-feira, era o tratamento privilegiado que os credores pediram para uma parte significativa do empréstimo de "dinheiro novo" de US\$ 5,2 bilhões que já concordaram em conceder ao País. De acordo com uma qualificação oficial, não deveriam surgir maiores dificuldades para um entendimento em relação a este item, uma vez que o governo brasileiro já teria indicado aos bancos sua disposição de atendê-los, num esquema a médio prazo e que só deverá ser ativado depois da efetivação dos três desembolsos previstos para o empréstimo.

Na prática, isso significa que, dentro de aproximadamente um ano, o Banco Central abrirá uma nova janela no programa de conversão da dívida externa, autorizando os credores do empréstimo de dinheiro novo a trocarem por investimentos até US\$ 50 milhões por mês desses ativos, durante um período de três anos, sem deságio. Os bancos que aderirem ao pacote poderão, assim, converter um total de até US\$ 1,8 bilhão, ao longo de 36 meses, ao valor nominal.

"DINHEIRO NOVO"

Este montante, é muito próximo da parcela efetivamente disponível do empréstimo de "dinheiro novo" de US\$ 5,2 bilhões que constará do pacote, pois destes, cerca de US\$ 3,2 bilhões já estão comprometidos com o repagamento do principal e dos juros do crédito-ponte de US\$ 3 bilhões que os credores fizeram ao Brasil em dezembro do ano passado, como parte do arranjo feito sob o patrocínio político do governo dos Estados Unidos, para tirar o Brasil da moratória.

Embora tudo parecesse estar finalmente nos trilhos para um anúncio do acordo, um alto representante do governo brasileiro, escalado por decepções anteriores, procurou, na sexta-feira, dosar seu otimismo. "Entramos nos finalmente, mas nesse tipo de negociação sempre po-

dem surgir dificuldades de última hora", afirmou o alto funcionário.

A última delas ocorreu na terça-feira da semana passada, quando o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, viajou para Ottawa, a capital do Canadá, oficialmente a fim de participar de reuniões preparatórias à reunião anual dos líderes dos principais países industrializados, marcada para o fim deste mês, em Toronto. Como, contudo, a relutância dos bancos canadenses em aceitar a modalidade de vinculação entre os acordos do Brasil com os bancos e o FMI, acertada pelo comitê e os representantes brasileiros, em Nova York, converter-se-ia no principal obstáculo ao avanço das negociações, Camdessus acabou discutindo a questão durante um jantar no Ministério das Finanças, ao qual estiveram presentes com os principais executivos dos grandes bancos canadenses.

A disposição de Camdessus de intervir pessoalmente para apressar o fechamento do acordo criou grande expectativa no comitê e em Brasília. Por razões que, pelo menos ao Fundo, não ficaram claras, tudo o que Camdessus disse aos banqueiros canadenses com a intenção de tranquilizá-los e levá-los a apoiar a proposta do acordo brasileiro acabou tendo o efeito exatamente oposto. "Camdessus disse uma coisa aos bancos, com a intenção de facilitar as coisas, mas eles entenderam tudo ao contrário e usaram o que ouviram de Camdessus para reafirmar ao comitê sua oposição à proposta do acordo", disse uma fonte familiarizada com o incidente. "Fico me perguntando em que língua eles conversaram" especulou a fonte. Camdessus, que é francês, tropeça, às vezes, no inglês. Embora o Canadá seja um país oficialmente bilingüe, a maioria dos altos executivos dos bancos canadenses é constituída por anglofonos, muitos dos quais falam francês pior do que Camdessus fala inglês.

VINCULAÇÃO CRESCENTE

Os negociadores brasileiros e o comitê de bancos haviam acertado um esquema de vinculação crescente, entre os dois acordos, ao longo dos três desembolsos previstos para o empréstimo de US\$ 5,2 bilhões. De acordo com tal esquema, o primeiro e maior desembolso, da ordem de US\$ 4 bilhões, será feito mediante a simples aprovação do programa brasileiro pela diretoria executiva do FMI, o que deverá ocorrer em agosto, no cenário mais otimista. Os desembolsos subsequentes dos bancos teriam graus de vinculação maiores com a liberação das parcelas do empréstimo de cerca de US\$ 1,8 bilhão que o Brasil receberá do FMI, no quadro do programa de ajustamento.

De acordo com fontes financeiras, a oposição dos bancos canadenses foi reforçada por uma determinação baixada pelo Banco do Canadá, há poucas semanas, que exigiu um aumento significativo de suas reservas contra eventuais perdas em empréstimos a 38 países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil.

Os mais recentes balancetes trimestrais de dois bancos, o Toronto Dominion e o Canada Imperial Bank of Commerce, mostram que eles aumentaram suas reservas da faixa dos 30 para 45% de seu risco agregado nesses países. Estes dois bancos, segundo fontes financeiras canadenses, foram os que mais resistiram.

"No final, a questão vinculação virou uma discussão dos bancos canadenses com as autoridades monetárias de Ottawa, com os bancos insistindo numa vinculação total como uma forma de pressionar o Bank of Canada a reduzir seus requisitos sobre reservas", explicou um banqueiro.

Um outro executivo canadense indicou a este jornal, no início da sexta-feira, contudo, que as divergências sobre a questão da vinculação no acordo brasileiro "estão a caminho de uma resolução rápida, se já não foram resolvidas". O banqueiro evitou entrar em detalhes.